



Categorias: questões acerca do esquema aristotélico frente a discussões modernas e contemporâneas

Bianca Tossato Andrade
Mestrado – UFRJ

Orientador: Prof. Doutor Fernando Rodrigues (UFRJ)

Resumo

O presente trabalho ocupa-se da questão das categorias em Aristóteles como os gêneros supremos em que se classificam as coisas. Há uma conexão entre este esquema de categorias e certas formas da linguagem. A discussão se desenvolve em torno da categoria de Substância na medida em que tem prioridade sobre todas as outras categorias. As noções de universal e individual, cruzadas às noções de substância e acidente, fornecem o panorama de uma realidade sob o ponto de vista da organização de seus elementos dentre os gêneros supremos. Teorias modernas e contemporâneas são abordadas de modo a visualizar diferentes possibilidades de interpretação do esquema aristotélico de categorias e a construção de novos esquemas

Palavras-chave: Categorias; gêneros supremos; substância.

Categories: questions about the Aristotelian scheme compared to modern and contemporary discussions

Abstract

The present work deals with the question of the categories in Aristotle as the supreme genera in which things are classified. There is a connection between this scheme of categories and forms of language. The discussion is developed considering that the category of substance has priority over all other categories. The notions of universal and individual, linked to the concepts of substance and accident, provide a picture of reality from the point of view of organization of its elements among the supreme genera. Modern and contemporary theories are addressed in order to visualize different possibilities of interpretation of the Aristotelian scheme of categories and the construction of new schemes.

Keywords: Categories; supreme genera; substance.

1. Introdução

Este não é um estudo exaustivo do tratado das *Categorias* de Aristóteles. O que com ele se pretende é antes apresentar os problemas básicos da discussão sobre o tema das categorias segundo o esquema estabelecido pelo filósofo. Em seguida, serão apresentadas as discussões introduzidas pela filosofia moderna e contemporânea acerca desta questão.

Admitindo a divisão temática observada por Ackrill (*Aristotle. A Collection of Critical Essays*, 1967), este trabalho ocupa-se da primeira e do início da segunda das três partes do tratado. A primeira consiste nos capítulos de 1 a 3, em que são expostos alguns pontos preliminarmente à discussão central. A segunda consiste nos capítulos de 4 a 9, dos quais serão abordados os capítulos 4 e 5. Neles é introduzida a discussão central expondo o esquema das dez categorias e tratando a categoria da Substância. Quanto à última parte, não se trata de desconsideração, mas de uma reserva para um estudo ulterior mais aprofundado.

A propósito do papel preponderante que a noção de predicação desempenha na presente abordagem, a divisão sugerida por Charles Kahn também deve ser mencionada. Segundo ele, os capítulos de 2 a 5 das *Categorias* constituem uma exposição sistemática da teoria da predicação aristotélica numa fase inicial do desenvolvimento de sua lógica (“Questions and Categories”, 1978).

O tratado de Aristóteles sobre as *Categorias* desenvolve uma teoria dos tipos de coisas que existem e de como eles são expressos na predicação¹ de algo por algo. Dado

¹ Por ‘predicação’ compreendo tanto aquela do tipo estar-em, ou de inerência, quanto a do tipo ser-dito-de, ou de transferência/transitividade. Alguns comentadores chamam de predicação apenas as do tipo ser-dito-de.

que a combinação (*symploké*) dos termos envolvidos numa predicação deve expressar uma realidade, é preciso investigar de que natureza é essa realidade. Compreender os diversos modos de predicação está vinculado a compreender o que caracteriza cada ente referido pelos termos envolvidos bem como sua ligação. Para tanto, Aristóteles parte da tese de que há uma diversidade de tipos de entes, tipos estes chamados categorias, cada um sendo caracterizado por desempenhar uma função própria. Neste tratado são estabelecidas dez categorias de entes, dentre as quais a categoria da Substância (*ousía*) é a principal e todas as outras dependem dela. O indivíduo tem uma posição privilegiada em relação a todas as outras coisas, pois é substância em sentido primeiro. São as outras nove categorias: Quantidade (*posón*), Qualidade (*poión*), Relação (*prós tí*), Lugar (*poû*), Tempo (*poté*), Posição (*keísthai*), Estado (*ékhein*), Ação (*poieîn*) e Afecção (*páskhein*).

É evidente que há uma conexão entre este esquema de categorias e certas formas da linguagem. As seis primeiras categorias assumem formas interrogativas, ou pelo menos nominais, e as quatro últimas formas verbais. Não é claro, contudo, que razões teve Aristóteles para escolher estas dez categorias e por que foi buscá-las na linguagem, e o que filosoficamente acarreta esta conexão. Seguramente um esquema de categorias desempenha um papel importante nas teorias aristotélicas. Não obstante ter sofrido alterações em outras obras, o esquema apresentado neste tratado lança as primeiras bases para o desenvolvimento da teoria da predicação, e ainda da lógica e ontologia aristotélicas.

A abordagem feita neste trabalho favorece as implicações antes ontológicas que meramente lógicas do estabelecimento de tal esquema de categorias. Compreendê-las como categorias de coisas e não de formas lingüísticas, resulta na leitura de um Aristóteles com intenções fortemente realistas mesmo em sua lógica. Ainda que as noções tomadas por Aristóteles como categorias possam ser uma herança do

platonismo, marcadamente no *Sofista* e no *Parmênides*, conferir ao indivíduo uma primazia sobre todas as outras coisas deixa aparente uma investida anti-platônica.

Neste artigo serão primeiramente abordadas as noções básicas para avançar na discussão sobre as categorias. Estas noções dizem respeito à relação entre os nomes e as coisas que esses nomes significam e a como funciona a predicação de uma coisa por outra. Em seguida, é abordada a prioridade da substância primeira sobre todas as outras coisas. O último capítulo percorre diferentes teorias sobre categorias desenvolvidas até hoje num levantamento não exaustivo, mas com o propósito de considerar outras maneiras possíveis de construir um esquema de categorias.

2 . Preliminares para um estudo das categorias em Aristóteles

2.1. Homonímia, Sinonímia e Paronímia

Concordando que o propósito de uma investigação cujo fim é encontrar os gêneros supremos em que coisas – isto é, itens singulares de realidade ou entes – possam ser classificadas, é preciso fixar distinções quanto ao modo de interpelá-las. Não há ambigüidade no que as coisas mesmas são. No uso da língua é que surgem as ambigüidades, ou ainda, no ato de mal-conceber alguma coisa, o que em todo caso somente pode ser expresso por meios lingüísticos. Um breve exame das circunstâncias em que nomes são dados a coisas, pois a nomeação é o modo mais primário em que a linguagem faz referência a entes extralingüísticos, já se faz capaz de revelar essas ambigüidades e desfazê-las.

Aristóteles identifica três circunstâncias em que os nomes se articulam com seus referentes, ou ainda com outros nomes, pelo emprego de uma mesma raiz na nomeação de coisas (1a 1-15). São estas circunstâncias: a homonímia, a sinonímia e a paronímia.

Homonímia e sinonímia são noções coordenadas entre si, visto que nelas há um certo tipo de articulação entre o nome e a coisa designada pelo nome. Esta articulação diz respeito à definição – se a mesma ou outra – do que as coisas designadas pelo mesmo nome são. A paronímia, contudo, articula nome e coisa de um modo diferente, a saber, por intermédio de um outro nome, e por isso será examinada à parte.

2.1.1. Homonímia e Sinonímia

Que um mesmo nome designe coisas que respondam a diferentes fórmulas, responsáveis pela descrição e/ou definição do que são estas coisas, isto é o caso de homonímia. Não obstante os referentes serem não apenas itens distintos, mas distintos em sua determinação ontológica, o mesmo nome lhes é atribuído, sendo portanto usado equivocadamente. Por exemplo, um homem e uma figura (um desenho de ser vivo) podem ser chamados de ‘animal’, mas em sentidos diversos. O primeiro por pertencimento ao gênero, o segundo por representação de um membro qualquer deste gênero.

Que coisas distintas respondam a uma mesma fórmula e portanto sejam designadas por um nome comum referente a ela, isto é o caso de sinonímia. As coisas atendem aos mesmos critérios de definição e/ou descrição. Apresentam univocidade quanto à fórmula, e por isso são assinaladas pelo mesmo nome. Por exemplo, um homem e um boi são ambos ditos animais, pois respondem igualmente à fórmula a que se refere este nome.

A designação de diferentes itens por um mesmo nome ocorre, portanto, sob a forma de homonímia ou sinonímia dependendo de como se definem os nomes em questão relativamente aos entes a que se aplicam. Cabe notar que uma definição é dada a partir da resposta para a pergunta “o que é?”; e o nome atribuído à coisa significa o que essa coisa é em sua natureza ou alguma propriedade dessa coisa.

Assim, para a pergunta “o que é para um ente ser animal?”, o que está em questão é o que é animal e, desse modo, a resposta é uma e a mesma – a definição de animal – não importa a quantos itens a pergunta se dirija. Trata-se, então, do caso de sinonímia quando o nome se define do mesmo modo aplicado a itens diversos.

Se para a pergunta “em que sentido um ente é dito animal?” recebem-se respostas diferentes para animal quando aplicada a entes diferentes, então se trata do caso de homonímia. Se no caso de cada item a resposta for a mesma, ou se pelo menos as respostas dadas no caso de cada um os colocar sob o gênero animal, então não se trata propriamente de homonímia, mas de uma sinonímia.

Nas *Categorias*, Aristóteles não atenta – talvez ainda – para a possibilidade de diferentes tipos de homonímia, como viria a fazer em obras que se acredita serem posteriores. Observe-se que pela investigação dos sentidos diversos que uma mesma palavra pode assumir, mas em referência a um único sentido principal (*pròs hén*), foi possível, no capítulo 2 do livro IV da *Metafísica*, garantir ao mesmo tempo a unidade e a universalidade do ser. Se o *pròs hén* é um tipo de homonímia ou não, isto não será investigado neste trabalho.

2.1.2. Paronímia

Que coisas tomem seu nome do nome de outra coisa por derivação, isto é o caso de paronímia. O que difere entre um nome e seu derivado é que este último recebe uma terminação que indica a função que desempenha o item referido pelo primeiro no item referido pelo último, repetindo-se o radical.

Duas condições têm que ser satisfeitas para que duas coisas sejam parônimas: (a) diz-se que um ente é x por causa de algo que de algum modo lhe pertença (característica, propriedade, etc.) e (b) o nome ‘x’, que designa este ente em questão, é idêntico ao nome deste mesmo algo que de algum modo pertence ao ente x. É

necessário, portanto, e isto está implícito em (b), que este algo atribuído à coisa a que pertence tenha ele mesmo um nome. Pois não é impossível ocorrer de algo que de fato pertença a um ente não ter um nome, e nesse caso, ainda que parônimos sejam os itens e não os nomes, não há paronímia. Tampouco há paronímia se o nome do ente a que algo pertence não for idêntico ao deste algo mesmo e diferindo em terminação.

A noção de paronímia tem um papel importante nas *Categorias*, pois através dela Aristóteles pode garantir instanciações de propriedades num indivíduo sem que estas propriedades percam a universalidade. Isto porque os parônimos são a coisa que possui uma determinada propriedade e essa propriedade mesma que se instancia na coisa.² O nome que a coisa recebe paronimamente de sua propriedade introduz um único item em uma categoria e o mesmo item que é introduzido pelo nome da propriedade (ver em 2.3 deste trabalho: predicação de inerência). Os nomes ‘generoso’ e ‘generosidade’, introduzem o item generosidade na categoria de Qualidade. Pois ‘generoso’ significa ‘ter generosidade’ assim como ‘gramático’ significa ‘conhecer e estudar gramática’. A função desta propriedade em uma coisa é reconhecida pela terminação do nome derivado.

2.2. Combinação e Não-Combinação de termos

A noção de combinação (*symploké*) de termos aparece em Platão no *Sofista*, quando se considera que uma sentença não é uma mera lista de nomes ou de verbos, mas o resultado de combinações estabelecidas entre nomes e verbos. “Estrangeiro – [...] pois, nem nesta [enumeração de substantivos], nem na precedente, [enumeração de verbos], os sons referidos indicam nem ação, nem inação, nem o ser, de um ser, ou de um não-ser, pois não unimos verbos aos nomes.” (PLATÃO, *Sofista* 262) Aristóteles

² A paronímia freqüentemente está envolvida na atribuição a uma substância de itens em categorias que não a substância, embora isto não seja uma regra.

desenvolve essa discussão no *De Interpretatione*, mas ela já é anunciada nas *Categorias* e de um modo que abre diferentes possibilidades de interpretação.

A noção de combinação é aduzida primeiramente no capítulo 2 (1a 16-19) para fazer distinção entre os modos pelos quais as coisas podem ser ditas, a saber, por termos isolados sem combinação e pela combinação de termos. No capítulo 4 (1b 25-27), o esquema de categorias é exposto fazendo referência às coisas ditas sem combinação. Isolados, os termos significam/introduzem itens em categorias. Nas expressões ‘homem’, ‘corre’, ‘branco’ e ‘no Liceu’ não há verdade ou falsidade alguma, mas apenas menção de coisas. Pela combinação de termos é produzida uma afirmação, que, esta sim, pode ser verdadeira ou falsa.

No one of these terms, in and by itself, involves an affirmation; it is by the combination of such terms that positive or negative statements arise. For every assertion must, as is admitted, be true or false, whereas expressions such as ‘man’, ‘white’, ‘runs’, ‘wins’, cannot be either true or false. (ARISTOTLE – *Categories*, 4 2a 4-11)

Os exemplos dados no capítulo 2, ‘o homem corre’ e ‘o homem vence’, sugerem que o que resulta da combinação é uma sentença indicativa. Todavia, isto não impede que combinações gerem outros tipos de sentença e não apenas sentenças. Segundo as considerações sobre a afirmação feitas no capítulo 4, ela é produzida pela combinação de termos que signifiquem itens em categorias. É portanto entre termos que se refiram a coisas em diferentes categorias, e não somente entre nome e verbo, que se dá a combinação. Nesse caso, ‘homem branco’ é uma combinação, pois nessa expressão dois itens de duas categorias são introduzidos articulados de tal modo a produzir um sentido.

É importante fazer ainda uma observação quanto a expressões de uma única palavra que tenham significado complexo e expressões de mais de uma palavra que tenham significado simples. Em vista do capítulo 4, cada coisa dita sem combinação está

em uma categoria. Isto nos permite dizer que numa expressão que signifique uma única coisa, ainda que haja mais de uma palavra nela, não é uma combinação – como em ‘no Liceu’. Por outro lado, expressões que constem de apenas uma palavra podem significar mais de um item nas categorias, e segundo o critério do capítulo 4, esta expressão envolveria combinação. Há uma negligência desta questão ao longo do tratado das *Categorias*, ela é tratada no *De Interpretatione*, capítulos 5, 8 e 11.

2.3. Os tipos de predicação: ser-dito-de e estar-em

Segue-se a este capítulo uma descrição de como dizemos³ as coisas dado o que elas são. Aristóteles descreve as diferentes sortes de coisas em função de como elas aparecem na predicação, pois que a predicação determina seus próprios tipos pelas coisas nela em questão. Há dois tipos de predicação de algo por algo: (a) de transferência ou transitividade, na qual tanto a definição do predicado quanto seu nome se aplicam ao substrato, designado pelo sujeito gramatical da predicação e (b) de inerência, na qual o sujeito gramatical da predicação designa o substrato em que o predicado existe e com o qual mantém relação de dependência ontológica.

Observa-se com isto que as relações de predicação são sempre de coisa com coisa e de coisa com nome, mas nunca de palavra com palavra. Aquilo que ocupa a posição de sujeito gramatical são entes reais e não lingüísticos, são substratos (*hypokeímena*) que recebem predicados, não as palavras que os nomeiam. Assim também os predicados (*kategoroúmena*) são atributos ou propriedades do substrato. Ainda que a predicação figure como uma estrutura lógica, a relação que ela expressa não é gramatical ou lingüística, mas uma relação real entre o substrato e o que se predica dele.

³ O que Aristóteles faz no capítulo 2 é de fato descrever as coisas. A predicação, contudo, está sempre em questão e segundo a leitura de Charles Kahn do capítulo 2 ao 5 das *Categorias* Aristóteles faz uma exposição sistemática da teoria da predicação.

Na predicação de transferência ou transitividade, o predicado é dito do substrato⁴ (*hypokeímenon*) como aquilo que o substrato é, transferindo sua definição para ele. Tal tipo de predicação só pode ocorrer se predicado e substrato pertencem à mesma categoria e o primeiro tem maior extensão real que o segundo. Pois, se tudo aquilo que se diz que o predicado é terá que ser dito que o substrato é, então esta é uma predicação essencial.

Na predicação de inerência, o predicado é atribuído ao substrato como algo que está no substrato e depende dele para existir, isto é, não pode ser separadamente dele. Neste tipo de predicação não pode ocorrer transferência de definição, pois o predicado e o substrato são de categorias diferentes. E tampouco estar em um substrato significa estar num todo como uma parte. Aquilo que o predicado é somente pode ser se inerir ao substrato. Uma vez desaparecido o substrato, o predicado também desaparece. O contrário, por sua vez, é falso: aquilo que inere ao substrato pode desaparecer sem que com isso o substrato desapareça. Por isso, uma predicação do tipo estar-em é sempre uma predicação accidental.

A despeito das distinções, a estrutura da predicação figura em geral como do tipo ser-dito-de, seja ela de transferência ou de inerência. Quanto à transferência da definição do predicado para o substrato isto não é problemático. Por exemplo, em “Sócrates é homem”, compreende-se que ‘homem’ é dito de ‘Sócrates’. Se ‘homem’ pertence à mesma categoria de ‘Sócrates’ e sua definição possui maior extensão real, isto é, abrange mais indivíduos dentre os quais se encontra Sócrates, então sua definição pode ser transferida para ele.⁵

⁴ Emprego o termo ‘substrato’ no lugar de um esperado ‘sujeito’, que traduz mais literalmente *hypokeímenon*, para marcar o caráter efetivamente real daquilo que recebe um predicado, e não que é uma instância gramatical.

⁵ O mesmo ocorre em “branco é uma cor”. Apesar de ‘branco’ não ser um substrato e sim uma qualidade, aqui ele desempenha a função de substrato de que algo é predicado.

No caso da predicação de inerência, sua estrutura se modifica através de uma paronímia e apenas aparece como uma predicação do tipo ser-dito-de. Com efeito, se o predicado inere ao substrato, o primeiro é dito do segundo como algo que está nele e não como algo que transfere sua definição para ele. Observa-se isto em “Sócrates é branco”. Quando ‘branco’ (*leukón*) é dito de ‘Sócrates’, compreende-se que a brancura (*leukótes*) está em ‘Sócrates’ e não que sua definição se transfira para ele. Certamente Sócrates não é a brancura, mas um substrato a que ela inere. O predicado ‘branco’ é obtido de brancura por paronímia, permitindo que se atribua tal qualidade a um substrato pela estrutura ser-dito-de.

Aristóteles estabelece, desse modo, as estruturas lógicas básicas pelas quais a natureza categorial das coisas se evidencia. Uma coisa se caracteriza como de um determinado tipo por estar em um substrato e/ou ser atribuída a um substrato ou por ser o próprio substrato. Ainda que disto não se obtenha senão um primeiro nível de distinção entre as categorias – a saber, entre o que pertence à categoria de substância e o que pertence às demais categorias como acidentes – tal caracterização já permite distinguir entre o individual e o universal.

3. As categorias: primazia da substância

3.1. Distinção entre substância e acidente segundo as noções de individualidade e universalidade

Uma substância nunca inere a nada, enquanto um acidente se caracteriza justamente por inerir a uma outra coisa. Por outro lado, aquilo que é universal pode transferir para outra coisa sua definição enquanto o que é individual jamais pode ter sua

definição transferida. No que diz respeito a estas condições, as coisas se determinam em quatro diferentes tipos.

(i) A substância primeira é o indivíduo, é substrato para todas as outras coisas e, portanto, tem primazia sobre elas: se não há o substrato, nada mais pode existir. São substâncias primeiras, por exemplo, Sócrates e Cállias e este cavalo individual, que subjazem a predicacões pelas quais deles se diz o que são e neles se diz o que está. Eles próprios, contudo, não são jamais predicados de nada.

(ii) O acidente tomado individualmente é aquele instanciado num substrato, mas cuja natureza é mais extensa, estando presente em mais de um indivíduo. Está entre eles, por exemplo, a brancura, que instanciada num indivíduo, é tomada por ‘este branco’, que não pode ser dito de substrato algum, mas que é somente porque está em um substrato.⁶

(iii) A substância que é universal é em sentido segundo. Ela própria constitui um todo único de certa natureza, que se realiza multiplamente nas substâncias em sentido primeiro. É substância segunda, por exemplo, ‘homem’, que é dito de Sócrates como um indivíduo que é homem, mas não é encontrado em substrato algum.

(iv) O acidente tomado universalmente (ou universal accidental) é aquela natureza única de uma extensão tal que se instancia numa multiplicidade de indivíduos bem como detém sob si variedades de menor extensão real. É um acidente universal (ou universal accidental), por exemplo, ‘conhecimento’, que somente é se estiver na mente como substrato, mas também é dito da gramática como uma variedade desta natureza.

⁶ Emprego a expressão ‘acidente tomado individualmente’ com o intuito de salvaguardar a universalidade de uma natureza que se faz presente individualmente numa multiplicidade de substratos sem deixar de ser um todo e ter uma unidade.

3.2. Substância

3.2.1. Gênero, Espécie e Diferença Específica

Destas distinções categoriais entre substância e acidente, e do alcance universal ou individual pelo qual cada um desses se caracteriza, podemos deduzir uma arquitetura de coisas, cujo ponto de apoio é a substância individual. As noções estruturantes de gênero e espécie organizam os indivíduos dentro da categoria de substância e são por isso substância em sentido segundo. A diferença específica é o elemento estrutural que permite identificar a que espécie uma coisa pertence. Aristóteles chama diferença (*diaphorá*) àquilo que no indivíduo é uma marca de sua espécie, e por isso se acrescenta ao gênero compondo a fórmula da definição. Ela está numa substância primeira como uma parte está no todo e delimita numa ordem de naturezas aquela constituída de indivíduos que apresentem a mesma diferença⁷.

Gênero e espécie, posto que universais, são imanes às substâncias primeiras, elas mesmas individuais. É gênero (*génos*) aquela natureza mais extensa de substâncias que, delimitada por uma diferença, constitui uma espécie (*eídos*) como uma natureza mais estrita e diferente de outras. Há, porém, gêneros que não estabelecem nenhuma relação de subordinação uns com os outros. Eles dizem respeito a coisas de naturezas diferentes e por isso as diferenças que fazem distinção de suas espécies não podem ser as mesmas. Mas se há subordinação, ao contrário, a diferença de um gênero tem que ser também da espécie.⁸ A predicação em que a definição se transfere do predicado para o substrato é a expressão desta relação. Ademais, tudo o que for predicado do predicado

⁷ Por vezes uma natureza mais estrita só pode se determinar mediante um conjunto de diferenças.

⁸ Na ordem das naturezas, gênero e espécie são noções relativas. Por exemplo, para o gênero 'ser vivo', 'animal' é uma espécie, mas é também gênero se relativa à espécie 'homem'. Há, todavia, noções não relativas para gênero e espécie: os gêneros supremos, acima dos quais não há nada, e as espécies especialíssimas ou ínfimas, sob as quais há somente indivíduos.

será obrigatoriamente do substrato, incluindo nas noções mais gerais aquelas mais específicas e subordinadas. E desse modo, como a substância primeira para tudo o mais, a espécie funciona como substrato para o gênero.

3.2.2. A primazia do indivíduo

O tratado das *Categorias* tem como eixo central a categoria de Substância e é em virtude desta primeira categoria que todo o esquema é traçado. A noção de prioridade natural da substância primeira é o que permite a Aristóteles construir sua teoria. Todas as outras categorias são acidentes da substância. De fato, tudo o que não é substância primeira encontra nela seu substrato e, portanto, sua realização. Se não há nenhum indivíduo de certa natureza ou ao qual certa natureza possa inerir, não é possível para ela existir.

Caracterizam a substância não haver contrário dela mesma e tampouco admitir graus – pois nem existe contrário do que uma coisa é, nem uma coisa naquilo que ela é pode variar para mais ou para menos. Mas estas condições, embora necessárias, não são suficientes para dizer de algo que é substância, pois ainda há outras coisas fora da categoria de substância que têm estas características. O que é peculiar à substância primeira é ser capaz de receber contrários permanecendo numericamente uma e a mesma. Ela é o substrato em que a alteração ocorre, sem que com isso ela mesma se altere.

4. As teorias modernas e contemporâneas

Das teorias modernas de maior relevância no tocante a categorias, destacam-se as de Kant e Husserl não somente por mérito próprio, mas também pela influência que

exerceram sobre leituras da teoria das categorias de Aristóteles do início do século XX. Ao compreender as categorias como conceitos puros do entendimento, Kant promove uma ruptura com o realismo da teoria aristotélica. Elas são tomadas como funções do juízo que fornecem as condições a priori e necessárias para a experiência do mundo – isto é, são estruturas do sujeito e não das coisas mesmas. Diferentemente, Husserl, na 4ª Investigação Lógica, faz com que o critério de descoberta e determinação das categorias seja semântico, fazendo distinção entre o que tem sentido e o que não tem. A lógica e a linguagem em geral se fundam em categorias formais do sentido e nas suas leis de combinação. Estas categorias semânticas são classes de sentidos, em que se enquadram expressões de valores correspondentes. As combinações de unidades de sentido regidas pelas leis da gramática constituem um todo semântico e não um aglomerado lingüístico sem sentido. As expressões que ocupam essas unidades de sentido, quando pertencentes às mesmas circunstâncias formais, isto é, às mesmas categorias semânticas, podem ser substituídas umas pelas outras sem prejuízo para o todo semântico. As categorias semânticas husserlianas dizem respeito à sua proposta de uma gramática puramente lógica e, portanto, de uma concepção lógica de categorias. As classes de sentidos são estabelecidas, portanto, de outro modo que não pelo *tête-à-tête* com os objetos reais.

A concepção kantiana das categorias como conceitos puros pertencentes à estrutura do sujeito inspirou Benveniste na interpretação da doutrina aristotélica das categorias. E a concepção husserliana das categorias como classes semânticas reaparece em Carnap com as regras de formação e transformação da sintaxe lógica baseadas na noção de um tipo de símbolo ou gênero de expressões. Ryle faria então da formulação carnapiana de uma teoria de categorias semânticas instrumento para sua interpretação da doutrina das categorias de Aristóteles em seu artigo “Categories”.

Ryle estabelece uma ligação entre as categorias e as formas interrogativas da linguagem. A palavra interrogativa numa questão indicaria uma lacuna a ser preenchida

pelo tipo de expressão (*sentence-factor*) adequado. Preencher esta lacuna com uma expressão inadequada constituiria um erro categorial e isto geraria um absurdo (o que Husserl chamaria de sem-sentido e Carnap de pseudo-sentença). Aristóteles teria com seu esquema de categorias um método de classificação de predicados ou termos pela referência ao tipo de questão. Segundo Ryle, o esquema teria sido concebido para classificar expressões lingüísticas ou “sentence-factors”.

As leituras modernas tendem a compreender a teoria aristotélica das categorias como estabelecimento de certos limites dentro dos quais se pode pensar um sentido ou ainda através dos quais se pode expor um erro categorial. O esquema das categorias estaria, desse modo, voltado para as condições em que uma sentença tem sentido ou é absurda. Não há nada, porém, que indique ser semântico o propósito de Aristóteles ao estabelecer o esquema, ainda que sirva para analisar a estrutura lógica do discurso. Assim, a doutrina aristotélica das categorias não baseia suas distinções nas formas da linguagem nem constitui uma teoria do sentido e compreendê-la desta maneira é submeter a cifras modernas uma teoria alheia aos problemas modernos.

O fato de algumas categorias serem designadas por formas interrogativas da língua grega ainda permanece como questão, uma vez que determinamos não serem as categorias nem lingüísticas nem gramaticais. Trendelenburg e, cerca de cem anos depois, Benveniste propuseram a esta questão respostas semelhantes conectando peculiaridades lingüísticas do grego às distinções categoriais, sem que com isso comprometessem seu caráter não-lingüístico e não-gramatical.

Segundo Benveniste, Aristóteles pretendia fazer um levantamento de propriedades predicáveis de um objeto. Mas para chegar a essas propriedades, Aristóteles acreditava ser necessário descobrir os conceitos universais a priori pelos quais se organizaria a experiência sensível. Uma vez descobertos, seria possível estabelecer as categorias conceituais referentes a propriedades. Aquilo que Aristóteles obteve,

contudo, foram categorias fundamentais da linguagem. Isto é, as distinções entre as categorias não foram obtidas através de atributos descobertos nas coisas (dos quais se poderiam extrair os conceitos organizadores da experiência desses objetos). Esta classificação de predicados emanaria simplesmente da linguagem, nas formas gregas de que Aristóteles se valia, para estabelecer as distinções entre as propriedades predicáveis de um objeto. Aristóteles seria, contudo, inconsciente da base gramatical de suas categorias.

Segundo a hipótese de Trendelenburg, o esquema das categorias foi concebido por Aristóteles a partir de uma análise gramatical sistemática. Aristóteles começa no âmbito da linguagem para obter o esquema das dez categorias, mas em seguida recusa a gramática como objeto de investigação. Ela servira apenas à descoberta do esquema categorial e como meio de expressar o que sem essas distinções típicas da gramática seria impossível. O desenvolvimento de um sistema de categorias se dá não no âmbito lingüístico de sua origem, mas na natureza intrínseca aos objetos e conceitos classificados por elas. Aristóteles parte então para um exame ou descrição dos tipos de coisas distintos nas categorias. A conjectura de Trendelenburg é plenamente compatível com a de Gomperz: Aristóteles começaria sua análise pelo que se pode perguntar sobre um homem dado. Primeiramente surgem as formas interrogativas da linguagem e depois outras distinções lingüísticas que refletem conceitos de importância filosófica.

Kahn admite com Benveniste que Aristóteles foi forçado pela estrutura da língua grega a escolher estas dez categorias. Mas sua interpretação se une àquelas que alegam ter Aristóteles apenas partido das considerações gramaticais. Se desde o início sua intenção era classificar coisas, ele teria notado que as distinções feitas no âmbito da gramática eram insuficientes para seu objetivo. De um lado oferecem uma primeira evidência de distinção filosófica entre coisas, mas de outro escamoteiam distinções filosoficamente relevantes sob expressões lingüísticas similares. Por isso, ele teria

dirigido sua teoria para uma análise de estruturas lógicas ou conceituais subjacentes de modo a revelar as diferenças ontológicas que perseguia.

Uma comparação entre os *Tópicos* e as *Categorias* é traçada por Kahn com proveito para sua interpretação. Nas duas obras o esquema apresenta as mesmas dez categorias e aparece como o resultado de uma investigação, um todo acabado. Seu modo de aplicação é o que difere. Nos *Tópicos*, as dez categorias seriam aplicáveis a um indivíduo concreto dado e então elas representariam as classes de predicados reais. Nesta obra, *kategorêisthai* seria tomado no sentido estrito de ‘ser predicado de’ e as categorias diriam respeito somente ao predicado de um substrato, excluindo este substrato mesmo. As *Categorias*, consideradas por Kahn uma obra escrita paralela ou posteriormente aos *Tópicos*, conteriam um aperfeiçoamento de certas concepções. Nela, a noção de predicação teria um sentido mais amplo, incluindo o substrato como seu elemento juntamente com o predicado.

Não obstante o próprio esquema permanecer inalterado de uma obra para outra, a mudança em sua aplicação promoveria importantes conseqüências na teoria de Aristóteles. É o que cuidadosamente nota Ackrill. A pergunta ‘*tí esti*’ se restringe nos *Tópicos* à categoria de Substância, pela qual se deveria responder que predicados podem ser atribuídos a um substrato quanto ao que ele é. Nas *Categorias* ‘*tí esti*’ pode ser perguntado dentro do âmbito de qualquer categoria e não mais designaria uma substância. Aplicável a qualquer coisa e repetida sistematicamente sobre as respostas obtidas por redução, esta pergunta conduziria aos gêneros supremos eles mesmos irreduzíveis. Nos *Tópicos*, portanto, variam as perguntas sobre um determinado substrato – e as respostas serão predicados – e nas *Categorias* aplica-se a mesma pergunta sobre diferentes coisas – e a resposta fará uma distinção entre predicados e substratos.

Bibliografia

ARISTÓTELES. “Aristotle’s *Categories*, Capítulos I-V”. tradução e notas de J. L. Ackrill. in: *Aristotle. A Collection of Critical Essays*, ed. J. M. E. Moravcsik. Garden City, N. Y.: Doubleday, 1967.

_____ *Categories and De Interpretatione*. tradução e notas de J. L. Ackrill. Oxford: Clarendon Press, 1994.

_____ *Categories*. tradução de E. M. Edghill. in: *Great Books of Western World 8. Aristotle I. Organon*. Encyclopædia Britannica, University of Chicago, Chicago, 1952. (Reimpressão de *The Works of Aristotle* editado por W. D. Ross, Oxford University Press.)

_____ *Categories*. Introdução, notas ao texto grego e tradução de H. P. Cooke. in: *Aristotle, The Organon I*. Loeb Classical Library. London: Heinemann, 1934.

BENVENISTE, É. “Catégories de pensée et catégories de langue” in: *Problème de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966.

GOMPERZ, T. *Greek Thinkers*, volume 4. Tradução G. G. Berry. London: Murray, 1912.

KAHN, C. “Questions and Categories. Aristotle’s doctrine of categories in the light of modern research” in: *Questions*, organização de Henry Hiz. Boston: D. Reidel, 1978.

MORAVCSIK, J. M. E. “Aristotle’s Theory of Categories”, in *Aristotle. A Collection of Critical Essays*, ed. J. M. E. Moravcsik. Garden City, N. Y.: Doubleday, 1967.

PLATÃO *Parmênides*. Tradução, apresentação e notas por Maura Iglésias e Fernando Rodrigues. Rio de Janeiro: PUC Rio e São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. *Sofista*. Tradução Jorge Paleikat e João Cruz Costa. *Os Pensadores* 1ª ed. São Paulo: Abril, 1972.

PORFÍRIO. *Isagoge. Introdução às Categorias de Aristóteles*. Tradução, prefácio e notas de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores, 1994.

TRENDELENBURG, A. *Geschichte der Kategorienlehre, Historische Beiträge zur Philosophie*. Berlin: Bethge, 1846.

RYLE, G. "Categories" in *Collected Papers II*. New York: Barnes and Noble, 1971.

WEDIN, M. *Aristotle's Theory of Substance. The Categories and Metaphysics Zeta*. New York: Oxford University Press, 2000.



Recebido em Fevereiro de 2010
Aprovado em Março de 2010